

Empresa de
Transmissão de
Várzea S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias 31 de dezembro de
2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG
Mato Grosso - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG em 31 de Dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Valorização do ativo imobilizado - Nota Explicativa n.º 4.1 às Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 64.587 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.



Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Balancos Ppatrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
		12.649	12.763
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.989	10.744
Títulos e valores mobiliários		-	684
Concessionárias e permissionárias	4	881	348
Impostos a recuperar		314	186
Estoques		298	262
Outros ativos		167	539
		64.665	67.020
NÃO CIRCULANTE			
Concessionárias e permissionárias	4	15	12
Depósitos judiciais		63	63
Imobilizado	5.1	64.587	66.945
		77.314	79.783
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		11.483	30.444
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.1	7.587	21.664
Fornecedores		163	223
Salários, férias e encargos sociais		205	59
Tributos e contribuições sociais a recolher		236	343
Partes relacionadas - Dividendos declarados	8.2	1.630	2.851
Encargos setoriais		543	492
Provisões para litígios	9	6	6
Adiantamentos de clientes		1.113	4.806
		26.489	11.253
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	7.1	26.458	11.240
Outras obrigações		31	13
		39.342	38.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	34.848	34.848
Reserva de lucro	10.3	4.494	3.238
		77.314	79.783
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	11	11.688	11.407
(-) Parcela Variável		(33)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(447)	(287)
Cofins		(392)	(1.197)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(102)	(93)
Reserva Global de Reversão - RGR		(303)	(283)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(47)	(46)
		10.364	9.501
Receita Líquida / Ingresso Líquido			
		10.364	9.501
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis			
		10.364	9.501
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(1.452)	(525)
Material		(2)	(7)
Serviços de Terceiros		(249)	(321)
Provisão (reversão) para contingências		-	211
Arrendamento e Aluguéis		(39)	(2)
Seguros		(54)	(65)
Doações, contribuições e subvenções		-	(60)
Tributos		(163)	(149)
Depreciação e Amortização		(2.356)	(2.365)
Serviços de engenharia		1.114	492
Outras Despesas Operacionais		64	(139)
		7.227	6.571
Resultado da Atividade			
		7.227	6.571
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(3.229)	(3.549)
Receitas Financeiras		514	723
		4.512	3.745
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro			
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(216)	(1.213)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		4.296	2.532
		4.296	2.532
Resultado Líquido do Exercício			
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		4.296	2.532
Acionistas Não Controladores		-	-
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,239620	0,141229
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,239620	0,141229
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,239620	0,141229
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,239620	0,141229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	9.399	1.954	-	11.353
Aumento de Capital Social	25.449			25.449
Incentivos Fiscais		1.501	(1.501)	-
Lucro Líquido do Exercício			2.532	2.532
Reserva Legal		342	(342)	-
Dividendos			(1.248)	(1.248)
Reserva de lucros		(559)	559	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	34.848	3.238	-	38.086
Incentivos Fiscais	-	606	(606)	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	(1.410)	-	(1.410)
Lucro Líquido do Exercício	-		4.296	4.296
Reserva Legal	-	371	(371)	-
Dividendos	-	-	(1.630)	(1.630)
Reserva de lucros	-	1.685	(1.685)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	34.848	4.490	4	39.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.512	3.745
Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	2.356	2.365
Juros e Variações Monetárias	2.389	3.397
Outros	(14)	(96)
	9.243	9.411
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	(536)	1.229
Tributos Compensáveis	(126)	733
Outros	(1.074)	(352)
	(1.736)	1.610
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	41	159
Fornecedores	(60)	(54)
Salários e Encargos Sociais	146	27
Tributos e Contribuição Social	106	(19)
Outros	(3.690)	4.034
	(3.457)	4.147
CAIXA GERADO (APLICADO NAS) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.050	15.168
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(414)	(807)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO NAS) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.636	14.361
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	2	(137)
Resgate de títulos e valores mobiliários	696	157
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO NAS) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	698	20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	37.757	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(38.995)	(9.636)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.500
Dividendos Pagos	(2.851)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS (GERADO DAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(4.089)	(6.136)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	245	8.245
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	10.744	2.499
No fim do exercício	10.989	10.744
Informações adicionais		
Pagamento de Imposto de renda	237	200
Pagamento de Contribuição social	570	186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, em fase operacional, assim como implantar e operar o reforço descrito na Resolução autorizativa abaixo, em fase pré-operacional:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
018/2010	30	2040	R\$ 10.730	IPCA

Em 23 de dezembro de 2012 entrou em operação comercial a linha de transmissão, e em 04 de junho de 2016, foi finalizada a entrada em operação comercial do reforço.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão de Várzea S.A. (a “Companhia” ou “ETVG”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2019.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação: As informações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Depósito judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações contábeis regulatórias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, usando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2018 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (c) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social:

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Taxas regulamentares:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações contábil com a adoção do CPC 06 (R2).

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábil.

4. Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES				TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER			Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	830	2	64	-	896	360
TOTAL	830	2	64	-	896	360

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

5. Imobilizado e Intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	73.078	-	-	-	73.078	-	(8.865)	64.212	66.571
Terrenos	342	-	-	-	342	-	-	342	342
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.872	-	-	-	5.872	-	(707)	5.165	5.393
Máquinas e Equipamentos	66.857	-	-	-	66.857	-	(8.157)	58.700	60.830
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	7	-	(1)	6	6
Administração	5	-	-	-	5	-	(1)	4	4
Máquinas e Equipamentos	5	-	-	-	5	-	(1)	4	4
Subtotal	73.083	-	-	-	73.083	-	(8.866)	64.217	66.575

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	370	-	-	-	370	-	-	370	370
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	370	-	-	-	370	-	-	370	370
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	370	-	-	-	370	-	-	370	370
Total do Ativo Imobilizado	73.453	-	-	-	73.453	-	(8.866)	64.587	66.945

5.2. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		73.078	(8.865)	64.212	66.571
Custo Histórico	3,22%	73.078	(8.865)	64.212	66.571
Administração		5	(1)	4	4
Custo Histórico	20,75%	5	(1)	4	4
		73.083	(8.866)	64.217	66.575
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		370	-	370	370
Administração		-	-	-	-
		370	-	370	370
		73.453	(8.866)	64.587	66.945

5.3. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-
A Ratear	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-
Total das Adições	-	-	-

5.4. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	846	323
Certificados de depósitos bancários	10.143	10.421
	<u>10.989</u>	<u>10.744</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 95,83% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e a 90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

7. Empréstimos e Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	28	7.559	26.458	34.045											
2.1	" Emissão Debêntures	28	7.559	26.458	34.045	Sim	jun-18	Avul/Fiança	CDI	112,00%	28/06/16	Anual	28/06/16	26/06/23	Anual	SAC
2.2	Santander	-	-	-	-											
8	Total por Dívida	28	7.559	26.458	34.045											
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	28	7.559	26.458	34.045											

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	243	21.421	11.240	32.904											
2.1	Banco do Brasil FCO	126	1.421	11.240	12.787	Sim	dez-11	Recobáveis	Não há	10,00%	01/01/18	Mensal	01/01/18	01/12/26	Mensal	SAC
2.2	Santander	117	20.000	-	20.117	Sim	jun-15	Avul/Fiança	CDI	115,00%	31/01/18	Anual	31/01/18	13/06/19	Anual	Bullet (final)
2.2	Outros D2	-	-	-	-											
8	Total por Dívida	243	21.421	11.240	32.904											
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	243	21.421	11.240	32.904											

Em 10 de abril de 2018 houve a liquidação antecipada do contrato Banco do Brasil - FCO.

Empréstimo junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., aditado em 13 de junho de 2018, no montante de R\$ 20.000, com incidência de juros prefixados equivalentes a taxa efetiva de 7,94%, e vencimento em 13 de julho de 2018.

Em 26 de junho de 2018 foi efetuada a primeira emissão de R\$ 38.000, sendo 38.000 - trinta e oito mil debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1, cuja a data efetiva liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debentures terão prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas foram cumpridas.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- a. Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas as debêntures, têm os seguintes vencimentos:

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
7.560	7.560	7.560	3.778	-	-	26.458
7.560	7.560	7.560	3.778	-	-	26.458
-	-	-	-	-	-	-
7.560	7.560	7.560	3.778	-	-	26.458
-	-	-	-	-	-	-
7.560	7.560	7.560	3.778	-	-	26.458

- b. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas as debêntures, têm os seguintes vencimentos:

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
2017	2018	2019	2020	2021	2021+	Total
1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	6.976	14.081
1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	6.976	14.081
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	6.976	14.081
-	-	-	-	-	-	-
1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	6.976	14.081

7.2. Abertura dos Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	10.989	-	10.989
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	10.989	-	10.989
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	10.989	-	10.989
9.1.5	Banco do Brasil - FCO	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	11.428	-	11.428
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	11.428	-	11.428
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	10.744	-	10.744
9.1.5	Banco do Brasil - FCO	684	-	684

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	(+) Dívida Bruta	28	7.559	26.458	34.045	32.904
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	28	7.559	26.458	34.045	32.904
12	(-) Ativos Financeiros	-	(11.673)	-	(11.673)	(11.428)
12.1	Alta Liquidez	-	(10.989)	-	(10.989)	(10.744)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(684)	-	(684)	(684)
13	(+) Dívida Líquida I	28	(4.114)	26.458	22.372	21.476
15	(+) Dívida Líquida II	28	(4.114)	26.458	22.372	21.476

8. Partes Relacionadas

8.1 Remuneração da alta administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores foram de R\$ 153 e R\$ 112, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

8.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 1.630.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2017	6	6
Constituição	-	-
Baixas	-	-
Saldos em 31/12/2018	6	6
Circulante	6	6

10. Patrimônio Líquido

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 34.848, composto por 34.847.722 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	34.847.721	100,00	34.847.721	100,00
Outros	1	-	1	-
Total das ações	<u>34.847.722</u>	<u>100,00</u>	<u>34.847.722</u>	<u>100,00</u>

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10.2 Reserva Legal e destinação do Resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	7.501	6.836
Constituição de reserva legal (5%)	(375)	(342)
Subtotal	7.126	6.494
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.630)	(1.248)
Reserva de lucros	(4.890)	(3.745)
Reserva de incentivos fiscais	(606)	(1.501)
Saldo de lucros acumulados	-	-

10.3 Reservas de Lucros

	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros		
Reserva legal	1.390	1.015
Reserva especial para incentivos fiscais	3.088	2.482
Outras	16	(259)
	4.494	3.238

11. Receita operacional bruta

9. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	11.688	11.407
Total	11.688	11.407

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(1.452)	413
Remuneração	(700)	238
Encargos	-	84
Serviços de terceiros	(539)	
Seguros	(52)	
Assistência médica	-	25
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	32
Outros tributos e taxas	(144)	
Outros	(17)	34
Administradores	-	112
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	-	80
Benefícios dos administradores	-	32
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	(1.452)	525

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.512	3.745
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	823	1.273
Incentivos fiscais - SUDAM	(607)	(1.502)
Outros	-	1.442
	<u>216</u>	<u>1.213</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
Taxa efetiva	4,79%	32,39%

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.989	-	10.989	10.744	-	10.744
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	684	-	684
Concessionárias e Permissionárias	881	-	881	348	(348)	
Serviços em Curso		35	35		-	
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	7.463	7.463
Tributos Compensáveis	314	-	314	186	-	186
Estoques	298	-	298	262	-	262
Contas a Receber Ativo Financeiro		10.742	10.742		-	
Despesas Pagas Antecipadamente		24	24		-	
Outros Ativos Circulantes	167	(59)	108	539	-	539
		-			-	
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	15	-	15	12	(12)	
Depósitos judiciais	63	-	63	63	-	63
Contas a Receber Ativo Contratual		118.108	118.108		-	
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	73.595	73.595
Imobilizado	64.587	(64.587)	-	66.941	(66.941)	-
Intangível	-	-	-	2	(2)	-
Total do Ativo	77.314	64.263	141.577	79.781	13.755	93.536

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	163	-	163	223	-	223
Empréstimos e Financiamentos	7.587	-	7.587	21.664	-	21.664
Obrigações Sociais e Trabalhistas	205	-	205	59	-	59
Tributos	236	(7)	243	343	(8)	351
Dividendos Declarados	1.630	-	1.630	2.851	-	2.851
Encargos Setoriais	543	-	543	492	-	492
Provisão para Litígios	6	-	6	6	-	6
Adiantamento de clientes	1.113	-	1.113	4.806	4.802	4
	-	-	-	-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Empréstimos e Financiamentos	26.458	-	26.458	11.240	-	11.240
Benefício Pós-Emprego		(162)	162		-	
Tributos Diferidos	-	(29.632)	29.632	-	(5.396)	5.396
Outras obrigações	31	-	31	12	-	12
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	(514)	514	-	-	
Total do Passivo	37.972	(30.315)	68.287	41.695	(603)	42.298
Patrimônio Líquido						
Capital Social	34.848	-	34.848	34.848	-	34.848
Reservas de Lucros	4.494	(33.948)	38.442	3.238	(13.152)	16.390
Total do Patrimônio Líquido	39.342	(33.948)	73.290	38.086	(13.152)	51.238
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	77.314	(64.263)	141.577	79.781	(13.755)	93.536

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	11.688	11.688	-	11.477	(11.477)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	(2.304)	2.304	-	1.126	1.126
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	135	135
Receita de Remuneração dos Ativos da Contratual	-	(12.973)	12.973	-	12.371	12.371
(-) Parcela Variável	(33)	-	(33)	(70)	-	(70)
Tributos						
PIS-PASEP	(447)	59	(506)	(287)	-	(287)
Cofins	(392)	273	(665)	(1.197)	-	(1.197)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(41)	-	(41)	(40)	-	(40)
Reserva Global de Reversão - RGR	(303)	-	(303)	(283)	-	(283)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(41)	-	(41)	(40)	-	(40)
Ministério de minas e energia - MME	(20)	-	(20)	(13)	-	(13)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(47)	-	(47)	(46)	-	(46)
Outros Encargos	-	107	(107)	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10.364	(3.150)	13.514	9.501	2.155	11.656
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(41)	712	671	(525)	-	(525)
Material	-	-	-	(7)	-	(7)
Serviços de Terceiros	-	-	-	(321)	-	(321)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	-	211	-	211
Arrendamento e Aluguéis	-	-	-	(2)	-	(2)
Seguros	-	-	-	(65)	-	(65)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(60)	-	(60)
Tributos	-	-	-	(149)	-	(149)
Depreciação e Amortização	(3.808)	(2.356)	(1.452)	(2.365)	(2.365)	-
Serviços de Engenharia	-	-	-	492	-	492
Outras Despesas Operacionais	712	(712)	-	(139)	-	(139)
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	136	(136)
Resultado da Atividade	7.227	(5.506)	12.733	6.571	(74)	10.955
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(3.229)	-	(3.229)	(3.549)	-	(3.549)
Receitas Financeiras	514	-	514	723	-	723
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.512	(5.506)	10.018	3.745	(74)	8.129
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(216)	2.301	(2.517)	(1.213)	80	(1.293)
Operações Descontinuadas						
Lucro líquido após o Imposto do Exercício	4.296	(3.205)	7.501	2.532	6	6.836
Resultante de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício						
Atribuível Aos:						
Acionistas Controladores	4.296	(3.205)	7.501	2.532	6	6.836
Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,23962		0,215231	0,141129		0,196
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,23962		0,215231	0,141129		0,196
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,23962		0,215231	0,141129		0,196
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,23962		0,215231	0,141129		0,196

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é de 6% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	73.290	51.238
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão		(13.755)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(64.263)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	30.315	603
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>39.342</u>	<u>38.086</u>

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	7.501	6.836
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão		(4.384)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(5.506)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	2.301	80
Lucro líquido regulatório	<u>4.296</u>	<u>2.532</u>

16. Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, Concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, Concessionárias e permissionárias como ativos financeiros pelo custo amortizado e fornecedores e debêntures como passivos financeiros pelo custo amortizado.

Debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

16.4 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de caixa são remunerados pelo CDI, e Debêntures, atualizados pela DI) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

16.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.5.1. Risco de crédito

a. Contas a receber

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 888 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

Empresa de Transmissão de Várzea S.A.

CNPJ: 12.385.102/0001-51

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

16.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.5.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI.

16.5.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

16.6 Risco operacional

16.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

16.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$ 190 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 168 em 31 de dezembro de 2017.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.